



Desafios do Design de Interiores: o permanente exercício da empatia¹

“O que o design pode e deve fazer é a proposta de uma nova imagem da vida e um novo estilo de vida que sejam compatíveis com o meio ambiente na vida cotidiana, doméstica, global e profissional”.
(KENJI EKUAN – *A New Age, New Design Values*, ICSID, 1997).

1. Responsabilidade na gestão do projeto

Quando o designer americano Victor Papanek publicou, no início da década de 1970, *Design for the Real World (Design para o mundo real)*, significou um alerta sobre o papel do designer em relação à responsabilidade ambiental. Naquela época, o autor conclamava os designers a sair dos seus escritórios confortáveis e envidraçados e olhar para o entorno, planejando soluções para o mundo real, “que se desintegrava em fome e miséria, conflitos raciais e protestos políticos, guerras civis e lutas de independência, guerras quentes e Guerra Fria, uma corrida armamentista nuclear que ameaçava destruir a todos, e uma crise ambiental que se anunciava pela primeira vez por dados oficiais da ONU”, conforme observa Cardoso (2011, p.18). Qualquer semelhança com os dias atuais não é mera coincidência. Assim, neste breve texto, faz-se uma homenagem aos escritos de Victor Papanek e propõe-se uma reflexão sobre o papel do designer de interiores acerca do conceito de desenvolvimento sustentável e, ainda, revela-se de que forma o curso de Composição de Interior – EBA/UFRJ trata do assunto durante a formação dos seus estudantes.

Após pouco mais de duas décadas da publicação de Papanek, durante a ECO-92 - *United Nations Conference on Environment and Development* (Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Sustentável), foi introduzido o conceito de *desenvolvimento sustentável*, que, conforme explicam Manzini e Vezzoli (2016, p. 27), refere-se “às condições sistêmicas segundo as quais, em nível regional e planetário, as atividades humanas não devem interferir nos ciclos naturais em que se baseia tudo o que a resiliência do planeta permite e, ao mesmo tempo, não devem empobrecer seu capital natural, que será transmitido às gerações futuras.”

De forma quase premonitória, Papanek, que era crítico da visão funcionalista do design, propôs em seus argumentos a substituição da palavra “funcionalidade” por “função social”, como centro

¹

Texto do autor publicado no livro *Interiores 50 anos: celebração e resistência*, conforme referência: GEOFFROY, N.; HERMIDA, STELLA; GOUVEA, M.; SOARES, F.; BRASIL, M.; MALTA, M.; SOUZA, K. M.; CIRNE, E.; OLIVEIRA, GILBERTO RANGEL DE. Design de Interiores: o permanente exercício da empatia In: *Interiores 50 anos: celebração e resistência*, ed.1. Rio de Janeiro: Riobooks, 2023, v.1, p. 115 - 125.



do seu pensamento sobre design. Assim, entende-se que a sustentabilidade ambiental revela desafios muito mais complexos que pequenas melhorias em temas ambientais, como se observa com frequência. É necessário pensar em uma sociedade “cujo metabolismo, isto é, a capacidade de transformar recursos ambientais para satisfazer as nossas necessidades materiais” seja muito diferente da maneira que é praticada atualmente. Nesse sentido, não podemos desprezar a dimensão econômica e produtiva. No cenário da sustentabilidade, todas as ações e todos os atores envolvidos, que atuem diretamente em termos econômicos, deverão atuar positivamente também em termos ecológicos. Essa afirmação vai de encontro ao paradigma econômico que baseou o desenvolvimento das sociedades do ganho a qualquer custo. Trata-se, portanto, de construir cenários com estratégias de ação apropriadas.

Os alunos do curso Composição de Interior – EBA/UFRJ são levados a refletir sobre os conceitos preliminares de sustentabilidade desde os projetos iniciais, passando por maiores desafios no decorrer do curso, até chegarem aos mais complexos, conforme a conclusão se aproxima. Assim, algumas diretrizes são apontadas e cada vez mais discutidas, tais como: propor soluções projetuais baseadas em recursos renováveis; otimizar o uso dos recursos não renováveis (ar, água, território), como, por exemplo, por meio do reuso da água e do uso máximo de iluminação e ventilação naturais; pensar no acúmulo de resíduos sólidos, promovendo a menor geração possível de resíduos de materiais relacionados à construção civil – durante a realização do projeto e durante o uso dos espaços planejados; pensar profundamente a funcionalidade dos ambientes e seus métodos construtivos; priorizar fornecedores que adotem práticas sustentáveis durante a produção dos seus produtos e que apontem caminhos viáveis para melhorias em relação ao ciclo de vida do que produzem; e, por fim, são instados a questionarem-se sobre o que acontecerá com o ambiente quando ele não for mais necessário.

Sabe-se do grande impacto que a construção civil causa em relação à geração de resíduos no meio ambiente. Nesse sentido, o designer tem papel fundamental e de grande responsabilidade, já que, por meio de suas decisões projetuais e de estratégias inteligentes e criativas, ele pode diminuir os atuais níveis de produtos e materiais descartados. Contudo, grande parte dos impactos proporcionados pelo projeto no meio ambiente continuam ocorrendo mesmo depois de o designer concluir seu trabalho. A operação de uso e manutenção dos espaços continuará contribuindo com os problemas ambientais, inclusive se for realizada uma nova demolição. Energia e água serão usadas para uso e manutenção do ambiente, além dos materiais químicos para limpeza e, ainda, possíveis reparos. Como se vê, o legado do designer de interiores não está relacionado apenas com a “produção” dos ambientes, mas, sobretudo, com o projeto



realizado e sua própria existência. Trata-se de ter consciência sobre a vida útil de produtos e materiais. Manzini e Vezzoli (2016, p. 80) alertam que “o tema do entrelaçamento entre *produção limpa* e *consumos ambientalmente responsáveis* é, atualmente, o terreno mais avançado de debate e de intervenção no campo ambiental”. O imbróglgio apresentado é equilibrar demanda social por bem-estar com sistema produtivo sustentável. Assim, é necessário pensar em produtos e serviços que atendam a tais requisitos. Refletir sobre estratégias inteligentes, criativas e realmente eficazes para a sustentabilidade do planeta é o desafio das atuais e das futuras gerações.

2. Projetar é um ato de amor

Projetar exige competência técnica, conhecimentos específicos e gerais, dedicação e um senso estético apurado. Composição de formas, texturas, linhas e cores são ferramentas do ofício para o profissional de projeto do campo das atividades tridimensionais. A palavra “projetar” aqui denota a ação, e o substantivo “projeto” pode se referir tanto ao produto final quanto ao processo. “A ação de projeto em design implica uma apropriação compreensiva da natureza do problema a ser enfrentado” (LEITE, 2011, p. 219). O ensino do projeto faz uso do ateliê físico e conceitual como principal instrumento de ensino. Sob a orientação de um mestre, os estudantes recebem uma série de problemas de projeto que devem ser resolvidos, envolvendo aspectos teóricos e práticos, e aprendem praticando, numa ação de aprender fazendo. Nessa prática de ensino, o importante é “pôr a mão na massa” e dar mais foco ao processo, para além do resultado, exatamente por tratar-se de uma habilidade que deve ser aprendida e praticada.



Atividade prática de sala de aula – Curso Composição de Interior EBA/UFRJ
Fonte: o autor. Ano: 2019.



Cientes de que o ensino do projeto, em sua maioria, está mais próximo do ficcional que dos problemas do mundo real – quando há clientes com problemas reais e complexos, orçamentos restritos e prazos exíguos –, os estudantes são convidados a aprofundar seu olhar para o usuário. Precisam entender razoavelmente a natureza desses usuários e de suas necessidades, seja em termos da ergonomia, seja da semiótica, além de cursarem disciplinas das áreas das ciências sociais e comportamentais.

Ao longo das experiências praticadas no ensino das disciplinas de projeto do curso de Composição de Interior – EBA/UFRJ, foram desenvolvidas técnicas que colaboram com uma investigação aprofundada do território (ambiente onde será realizado o projeto e todas as suas conexões com o entorno ambiental onde está inserido), do usuário e da função a que se destina a habitação, instituição, loja ou serviço. Além disso, técnicas de análise de dados e diagnoses preliminares auxiliam o estudante a refletir sobre ações projetuais que deverão intervir de forma específica junto ao cliente ou a um determinado grupo de clientes com características específicas. O resultado das análises e diagnoses irão contribuir para a elaboração de um conceito de projeto, que, como ideia abstrata, servirá de fio condutor para a realização de um projeto com características exclusivas.

Cada vez mais, exige-se um olhar preciso para grupos de pessoas que possuem características específicas, e, por conta disso, demandam uma ação projetual atenta a fim de atender às expectativas do projeto. Nesse sentido, planejar soluções viáveis para públicos com necessidades especiais é uma exigência no aprendizado do projeto. Não se trata, nesse caso, de simplesmente aplicar informações descritas em manuais e normas técnicas. Estas são, sem dúvida, importantes instrumentos norteadores para o projeto. Contudo, é necessária uma ação positiva, que passe por processos de reflexão e análises das tarefas a serem realizadas no ambiente. Conhecimentos de ergonomia do ambiente construído, que vão além dos aspectos puramente físicos, a fim de explorar aspectos cognitivos e sensoriais, são importantes para o desenvolvimento de propostas verdadeiramente conectadas com o usuário.

Embora a disciplina Ergonomia do Ambiente Construído tenha sido oficialmente implantada na atual grade curricular, aprovada em março de 2021, conforme o Planejamento Pedagógico do Curso – PPC, os princípios ergonômicos vêm sendo praticados diretamente nas disciplinas de projeto há tempos. Da mesma forma, o tema Design Universal, que está ligado diretamente ao assunto, vem sendo tratado, discutido e aplicado nas disciplinas de projeto do Curso de



Composição de Interior há bastante tempo, mesmo antes da publicação da Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146, publicada em julho de 2015, e da normativa NBR 9050 (ABNT, 2004), recentemente revista em 2020, que nos auxiliam como norteadores legais e de caráter técnico. Reafirma-se que o ambiente construído deve prover conforto, segurança e igualdade de uso e, além disso, oferecer aos usuários informações claras, precisas e de fácil compreensão.

Neste breve texto, destacam-se ainda os princípios que salvaguardam a relação usuário e ambiente, considerando a função e a usabilidade dos espaços, os quais revelam a importância de estudar o usuário frente ao ambiente físico de forma estratégica. Alguns dos princípios ergonômicos considerados necessários no desenvolvimento de projetos em interiores são: considerar a interação do homem com o ambiente; considerar o princípio de usabilidade; considerar a abordagem sistêmica; garantir um enfoque centrado no usuário e conforto ambiental².

Tai Hsuan-An (2017, p. 268) aponta um olhar afetivo para assuntos que tratam da ergonomia, o “design em ambiente construído visa transformar o espaço ainda desprovido de elementos afetivos em um ambiente humanizado com a finalidade de satisfazer às necessidades do seu usuário, não só no aspecto prático-funcional, como também no aspecto emocional”. Esse pensamento nos leva a refletir que decisões tomadas na fase projetual revelam sobretudo um ato de olhar para o outro e colocar-se no lugar daqueles que possuem necessidades específicas, ou seja, um sentimento de empatia ao preocupar-se com o próximo. Verdadeiramente um ato de amor com o próximo.

Mesmo considerando que o processo de ensino de projeto no curso de Composição de Interior – EBA/UFRJ está ancorado em um método preestabelecido, como prática usual durante todas as disciplinas de projeto do curso, os desafios para que estudantes e professores viabilizem soluções de projeto criativas e eficazes é enorme. Nesse sentido, a pesquisa científica sobre meios que viabilizem o processo é necessária para que se enfrente os desafios de uma sociedade em constante transformação e se aprofunde o conhecimento desse campo.

3. Para quem projetamos?

² DE OLIVEIRA, Gilberto Rangel; MONT’ALVÃO, Claudia. MÉTODOS DE PROJETO DE INTERIORES NO BRASIL. *Ergodesign&HCI*, [S.l.], v. 6, n. Especial, p. 29 - 43, jun. 2018. ISSN 2317-8876. Disponível em: <<http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaergodesign-hci/article/view/526>>. Acesso em: 30 out. 2021.



Não restam dúvidas de que não há um perfil único de cliente que procura os serviços de um designer de interiores. Apenas sob o viés do usuário, é possível listar um vasto número de variáveis que devem ser consideradas, como faixa etária, gênero, estado civil, pessoa com algum tipo de deficiência ou não, nível social variado, demandas específicas etc. que irão fazer parte do extenso leque de caracterização sobre o demandador que se pretende investigar. De maneira geral, o projeto nasce a partir de uma demanda do cliente. É fato que vivemos em uma sociedade de consumo, a qual é caracterizada, conforme explicam Outhwaite e Bottomore (1993), a partir de um termo utilizado para designar o tipo de sociedade que se encontra em uma avançada etapa de desenvolvimento industrial capitalista e que se caracteriza pelo consumo massivo de bens e serviços disponíveis, graças à elevada produção destes – expressão que ganhou força no final do séc. XIX. Os autores observam que além de tendências de viés econômico, há mudança de valores: “O uso popular contém frequentemente a inferência de que os membros de tais sociedades identificam altos níveis de consumo social e felicidade pessoal, e por conseguinte escolhem o consumo como seu objetivo de vida preponderante.” De maneira geral, a expressão está associada a uma crítica pela busca de status, materialismo e hedonismo. (OUTHWAITE & BOTTOMORE, 1993, p. 719).

A partir desse entendimento sobre a sociedade contemporânea, este texto propõe trazer à luz do ensino acadêmico aspectos que vão além do consumo realizado pelas classes mais abastadas, frente aos projetos que buscam atender aos desafios de uma sociedade desigual como a brasileira. Assim, serão apresentadas ao leitor reflexões sobre mudanças de caráter socioeconômico, cultural, político e tecnológico que impactaram (e impactam) todos nós, com foco especial na sociedade brasileira das últimas cinco décadas.

Quando o curso Composição de Interior foi reconhecido em 1971, fruto do desdobramento do curso de Arte Decorativa criado desde 1948 na Escola de Belas Artes (EBA-UFRJ) e pioneiro no Brasil na graduação do *bacharel decorador*, em uma instituição que até então visava, por tradição, apenas à formação de pintores, escultores e arquitetos, as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas da época eram significativamente diferentes dos aspectos atuais. O próprio significado de “morar” sofreu alterações substanciais. O sentido desse verbo é amplo e vai além dos aspectos físicos, exprimindo também hábitos, costumes, valores, tradições, relações sociais, entre outros. Só para citar alguns exemplos, nos idos dos anos 1970, a população brasileira era de aproximadamente 95,5 milhões de habitantes, número que hoje é superior a 212 milhões (segundo dados mais recentes do IBGE). Apesar de a população ter mais que dobrado, a taxa de fecundidade (média do número de filhos por mulher em idade de procriar,



entre 15 e 49 anos) – que é a razão fundamental para a taxa de crescimento populacional – diminuiu drasticamente: de 6,3 filhos para aproximadamente 2,0 filhos. Ou seja, as famílias encolheram. O número de pessoas idosas, por sua vez, “saltou de 4,2% (1950) para 10,2% (2006). Entre 2000 e 2006, houve um aumento de 1,6% de idosos na população. Em números absolutos, saltou de 14 milhões para mais de 19 milhões de brasileiros com idade igual ou superior a 60 anos!” (PRADO et al, 2010, p. 58). Isso significa que somos uma população maior e com um significativo percentual de idosos, com expectativa de vida de 76,6 anos. As residências, por sua vez, encolheram. Desde a década de 1970, as mudanças nas plantas dos apartamentos foram muitas e significativas, impactando diretamente os hábitos e as rotinas, entre outros aspectos sociais dos moradores. A sala de almoço, por exemplo, desapareceu, a cozinha se aglutinou à sala, a área de serviço quase sumiu e os quartos encolheram. Conforme alguns estudos, naquela década os apartamentos de dois dormitórios tinham em média 100 m², aproximadamente. Ao longo dos anos, os imóveis passaram por um processo de redução de metragem (em área e pé direito), chegando-se às dimensões de 73,76 m² nos anos 2000, até os supercompactos, conhecidos como estúdios, com 25 m², conforme demonstra o recém-aprovado Código de Obras da cidade do Rio de Janeiro, revisto em dezembro de 2018³. Não podemos deixar de mencionar as grandes mudanças provocadas, entre outros fatores, pela inserção das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) no cotidiano social dos usuários no decorrer dessas cinco décadas. O habitar mudou verdadeiramente e continuará em transformação.

Tais exemplos são apenas para ilustrar as inúmeras mudanças ocorridas no território, no usuário e na própria função dos ambientes internos nas últimas cinco décadas e que revelam a importância do implemento de discussões teóricas, mesmo nas disciplinas de projeto, do curso de Composição de Interior – EBA/UFRJ como requisito básico para que o estudante consiga realizar conexões entre o passado e o presente. Trata-se de instigar o estudante a planejar suas ações, enquanto projetista, de forma mais consistente, com propostas de projeto identificadas com o usuário, seu tempo e seu território.

Seguindo o pensamento de inclusão social, que permeia as disciplinas teóricas e práticas do curso, realizam-se ações práticas de ensino que viabilizem o acesso a faixas sociais diferenciadas, atendam a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e não deixem

³ RIO poderá ter apartamentos de 25 metros quadrados. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 dez. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/rio-podera-ter-apartamento-de-25-metros-quadrados-23315137>> Acesso em: 09 nov. 2021.



de observar aqueles de idade mais avançada. Todos devem ser considerados quando se pensa em projeto com inclusão social.

O desenvolvimento das disciplinas de projeto, de maneira geral, é viabilizado por meio de um cliente ficcional e de um território real. Desta forma, durante todo o curso, o estudante passa por experiências de intervenção em ambientes de diferentes nichos sociais, nas quais o território e a função possuem protagonismo decisivo na escolha do tema a ser estudado. Isto possibilita ao estudante explorar um leque variado de cenários com situações sociais distintas. Em algumas das atividades de extensão propostas no curso, cujo cumprimento de carga horária é obrigatório desde 2017, na modalidade projeto, os estudantes são instigados a promover soluções em situações reais ao depararem-se com o desafio de realizar projetos de custo competitivo para públicos heterogêneos. Apenas para exemplificar, em 2020 e 2021, os estudantes obtiveram resultados positivos junto a ações em unidades específicas da UFRJ, como no caso das atividades de extensão desenvolvidas no setor de radioterapia do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), na residência estudantil, na vila universitária e no Museu D. João VI. Também está em fase de realização atividades de extensão junto a comunidades de habitação popular, por meio de uma parceria entre o curso e a prefeitura da cidade de Niterói. Por fim, nos temas dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), é recorrente o desenvolvimento de projetos que atendam a diferentes setores da sociedade, e com possibilidades concretas de inclusão social.



Atividade de Extensão "Design de Interiores do Bem". Paciente toca o "Sino da Vitória".
Curso Composição de Interior – EBA/UFRJ.
Fonte: o autor (2020)



No caso da acessibilidade, é fato que uma pessoa com deficiência, quando está em “um ambiente acessível, suas atividades são preservadas, e a deficiência não afeta suas funções”. Também é razoável reconhecer que “a deficiência é um conceito em evolução e que ela resulta da interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas [...]” (CAMBIAGHI, 2017, p. 23 e 27). O assunto vem sendo tratado com seriedade e aprofundamento há pelo menos três décadas, o que tem proporcionado desenvoltura, por parte dos docentes, ao abordar o tema no processo projetual ao longo do curso. Entre outros aspectos, defende-se que o estudante deve considerar no projeto, sempre que possível, ações de enfrentamento de barreiras arquitetônicas, barreiras nos transportes (meios e sistemas), barreiras na comunicação e informação e barreiras atitudinais e tecnológicas. Defende-se também a necessidade de pesquisas contínuas sobre as demandas de uma pessoa com deficiência, a fim de que possam utilizar adequadamente e com equidade uma edificação, seja residencial e/ou comercial. Acredita-se que trazer a discussão sobre esse assunto junto às disciplinas de projeto, além de proporcionar um olhar mais humano para o próximo, de forma menos maniqueísta, também contribui para que se deixe de colocar o usuário como vítima em meio a uma sociedade excludente e hostil.

Por fim, aponta-se os aspectos tratados ao considerar, nos projetos, o processo de envelhecimento da sociedade. De maneira geral, o envelhecimento acarreta mudanças na capacidade funcional dos usuários, com significativas reduções do nível de independência e autonomia para a realização de atividades diárias. A dependência física e a incapacidade psicológica e social, com a progressão da idade, afetam de maneira direta (e irreversível) a qualidade de vida dos idosos. Nesse sentido, é razoável compreender que os espaços habitáveis devem “envelhecer” junto com seus usuários, promovendo segurança, conforto e satisfação. Dessa forma, o projeto de habitações residenciais e ambientes comerciais deve levar em conta o tratamento de aspectos espaciais (acessos, alcances, circulação); as dimensões dos ambientes e equipamentos; a eliminação de barreiras arquitetônicas (escadas, desníveis etc.); melhorias das condições ambientais (iluminação, ventilação, temperatura, acústica); o uso adequado de revestimentos (texturas, contrastes, cores etc.); a facilidade de limpeza/manutenção; aspectos adequados de comunicação e segurança; e o tratamento de aspectos psicodinâmicos.

Finalmente, vale destacar que, para além de um ato de respeito ao outro, projetos com perspectivas de inclusão social, atentos aos princípios de sustentabilidade e, ainda, com um



olhar para o design universal, alargam a faixa de uso, são mais democráticos, promovem maior geração de renda e ampliam o leque de oportunidades de ação dos designers de interiores.

Prof. Gilberto Rangel de Oliveira. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2021.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

CAMBIACHI, Silvana. **Desenho Universal**. Métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. São Paulo: Senac São Paulo, 2017.

CARDOSO, Rafael. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

HSUAN-AN, Tai. **Design: conceitos e métodos**. São Paulo: Blucher, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

LAWSON, Bryan. **Como arquitetos e designers pensam**. Tradução: Maria Beatriz Medina. 2 ed. São Paulo: Oficina de textos, 2011. Título original: How designers think: the design process demystified.

LEITE, João de Souza. Projetar. In: COELHO, Luiz Antônio (org.). **Conceitos-chave em design**. Rio de Janeiro: 2AB/PUC-Rio/Novas ideias, 2011. p. 219-221

MANZINI, Ezio; VEZZOLI, Carlo. **O desenvolvimento de produtos sustentáveis**. São Paulo: Edusp, 2002.

MARGOLIN, Victor. **A política do artificial**: ensaios e estudos sobre design. Tradução: Cid Knipel Moreira. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014. Título original: The politics of the artificial

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Tradução: Álvaro Cabral e Eduardo F. Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. Título original: *The Blackwell dictionary of Twentieth-Century social thought*.

PAPANEK, Victor. **Design for the real world: human ecology and social change**, 2ª ed. Ver. 1972. Chicago: Academy Editions.

PRADO, Adriana Romeiro et al. Cidade e velhice – desafios e possibilidades. In: ORNSTEIN et al (orgs.) **Desenho Universal**: Caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010.